

## **Sertão Nordestino, Desenvolvimento e População –Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da “Operação Nordeste”**

**Tayguara Torres Cardoso**

Mestre em Ciências Sociais

PPCIS/UERJ

e-mail: tayguaratorres@ig.com.br

Em fins dos anos 50, voltava a ter as atenções da cena política brasileira a região sertaneja nordestina, palco das secas célebres. Em meio ao governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, uma grande seca, tragédia secular, se abatia novamente sobre os sertões e obrigava medidas enérgicas do governo para que se evitasse que lavas e lavas de sertanejos continuassem se retirando. Por esta mesma época, um grupo de agricultores da zona da mata pernambucana também chamaria a atenção da imprensa e do governo ao instituir as famosas ligas camponesas, concretizadas pelo advogado militante Francisco Julião, assustando os grandes proprietários do Nordeste.

É em meio a este clima tenso que Kubitschek institui a “Operação Nordeste” e posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE) e que entra em cena um importante intelectual, cientista e homem público brasileiro, o economista paraibano Celso Furtado, idealizador e arquiteto dos planos de desenvolvimento do Nordeste em geral e do sertão Nordestino em particular em fins dos anos 50.

Os diagnósticos, as propostas desenvolvimentistas e os planos de desenvolvimento elaborados por Furtado e pelos organismos instituídos pelo governo suscitaram um grande debate dentro do campo intelectual desenvolvimentista, cujos intelectuais já vinham realizando debates e diagnósticos da situação brasileira desde a década de 40. Dentro deste campo de debates e idéias um intelectual e homem público de projeção nacional e internacional se tornou um dos grandes interlocutores dos diagnósticos e planos de desenvolvimento de Furtado e da SUDENE, o médico, nutrólogo, geógrafo e sociólogo pernambucano Josué de Castro.

Furtado e Castro realizaram diagnósticos sobre a região nordestina brasileira e seus sertões e Furtado elaborou planos de desenvolvimento baseados em seus diagnósticos, concretizados no documento “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” em 1959. Nestes planos e diagnósticos emergem perspectivas particulares destes intelectuais sobre o sertão nordestino, reforma agrária, industrialização, emprego de mão-de-obra e população.

Neste artigo, abordo os pressupostos, perspectivas e diagnósticos particulares presentes de Celso Furtado nos planos de desenvolvimento para o Nordeste em geral e para o sertão nordestino em particular em fins dos anos 50 bem como a interlocução, pressupostos e diagnósticos de Josué de Castro sobre a região. Esta abordagem se torna relevante no sentido de melhor iluminar

o campo de debate desenvolvimentista sobre o Nordeste bem como o caráter e pressupostos que norteavam as políticas públicas voltadas para esta região e para seus sertões em particular e as conseqüências sócio-econômicas destas.

### **Sertões do Nordeste, lugares fluidos.**

Antes de entrar no debate entre Castro e Furtado propriamente dito, cabe aqui fazer algumas considerações sobre a região foco das preocupações destes dois intelectuais e com a qual eles têm, como manifestaram em algumas ocasiões, uma ligação telúrica<sup>1</sup>.

A região sertaneja nordestina se configura como um lócus prenhe de significações e visões que perpassam diversos campos como literatura, imprensa, ciência e senso comum, significações estas sempre permeadas pela aura criada historicamente em torno desta região interiorana onde se desenvolveu uma economia essencialmente pastoril. A noção de sertão, que não diz respeito só ao Nordeste e que é, a princípio, uma noção de lugar geográfico, vem historicamente acompanhada das idéias de diferenciação cultural e de distância. Apresentam-se recorrentemente junto à palavra “sertão” imagens de “longínquo”, muitas vezes de “terra ignota” - como Euclides da Cunha chamava o sertão nordestino em *Os Sertões* - e do homem sertanejo como um “outro”, de psicologia e hábitos distintos. “Sertão” tem múltiplos significados, e a memória e o imaginário criado em torno do fenômeno das secas torna o sertão nordestino o mais célebre dentre os sertões.

Na literatura, o tema Sertão, principalmente o nordestino, foi largamente abordado em contos e romances. Um sertão inóspito e belo de um Euclides da Cunha; de gente prosaica e forte, como em um Graciliano Ramos; de gente de caráter, como em Rodolfo Teófilo e Rachel de Queiroz e, principalmente, do drama da Seca e de seu cortejo de horrores como na obra destes e de outros escritores. Tendo os horrores da seca, as paisagens do sertão e o imaginário social como ricos mananciais de estórias chocantes e cativantes estes escritores buscavam descortinar o mundo “longínquo” dos sertões para os olhos citadinos e dos centros de poder. Procuravam construir imagens do sertanejo como homens e mulheres de caráter e ponto de honra fortes, um “outro”, que, na maioria das vezes, sofria com iniquidades mais sociais que naturais. A literatura que tinha os sertões nordestinos como foco se configurava como apelo e denúncia, e se situava, pelo caráter militante dos “sertanistas” no pólo oposto da grande maioria dos políticos e de grande parte da imprensa, que enxergavam os sertões nordestinos com “outros olhos”, com olhos que enxergavam apenas pobreza.

---

<sup>1</sup> Tanto Josué de Castro quanto Celso Furtado buscaram evidenciar a ligação que tinham com sua região natal. Este, paraibano da cidade sertaneja de Pombal certa vez afirmava: “... Saí em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas á fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras ásperas mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob o céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatar pelo orgulho de sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelo horizonte aberto, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista.” FURTADO, Celso - *A Fantasia Desfeita* - São Paulo, Paz e Terra 1997 pp 132 já Castro costumava afirmar sua ligação com o sertão, contando as estórias da retirada “pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 1877 com toda a família” CASTRO, Josué de - *Homens e Caranguejos* - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2001 pp 16

Na imprensa, as imagens recorrentes que geralmente apareceram e aparecem dos sertões nordestinos são as imagens da estiagem, da seca e da miséria. Desde os genéricos termos “Seca do Norte”, “monturos humanos”, “infelizes” da grande seca de 1877; passando pelos “retirantes” e “flagelados” e a imagem da “caveira de boi” – célebre na seca de 1958 – e chegando às imagens da “chuva salvadora”, das vacas agonizantes de inanição e da “religiosidade resignada” dos sertanejos nas estiagens de 2003 e 2006, os sertões do nordeste são identificados e representados socialmente através da imprensa – não obstante algumas mudanças ocorridas ao longo dos anos - como seca e flagelo, fome e miséria. Esses elementos são creditados, na quase totalidade das apreciações, a problemas e causas “naturais” tais como a irregularidade das chuvas e a pobreza de um solo catinguento e esturricado. Na imprensa, em obras literárias e em apreciações políticas se disseminavam visões e representações sobre o sertão com a terra do célebre “mandonismo”; do voto de cabresto, do coronelismo e do cangaço. Um jornalista em 1877 chegou a afirmar, no *Jornal do Commercio*, que “em Pernambuco, o que não é Cavalcanti, há de ser cavalgado”

Na comunidade científica, a partir de 1877, o ignoto, o desconhecido - alvo de expedições científicas dos primeiros anos do governo imperial - deu lugar progressivamente ao rótulo de “região problema” que até nossos dias denomina o Nordeste e principalmente seus sertões. Muitos projetos foram tentados, incorporando tensões entre diagnósticos “naturais” (ênfatisando questões como água e solo, por exemplo) e “sociais” (técnicas agrícolas, reforma agrária, pauperismo, relações de produção arcaicas...) ao longo dos anos, sempre às voltas com a “indústria da seca” e os interesses políticos de grupos poderosos. Estas tensões foram a base da produção científica sobre os sertões, do diagnóstico sobre seu “atraso” e da proposição de soluções por organismos governamentais, institutos de pesquisa e muitos intelectuais, dentre eles, Josué de Castro e Celso Furtado.

A noção de Sertão, portanto, de certa forma, ultrapassa a idéia de lugar. Torna-se uma noção preta de contradições e ambivalências onde as dimensões política, geológica, social e cultural se reúnem num todo, num significado, numa noção. Sertão, para além de um lugar, torna-se um lugar fluido, maleável, moldável, conforme o ângulo, a posição intelectual que se toma diante dele, torna-se um lugar ao mesmo tempo imaginário e concreto, que tem um pouco da noção de *lugar de memória* de Nora, “Fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome. Mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações<sup>2</sup>”. Por ter esta configuração obrigará, daqueles que se ocupam do sertão nordestino como objeto, uma tomada de posição quanto à sua memória, à sua história, ao imaginário social que o ronda, posições estas que nos casos de Celso Furtado e Josué de Castro influíram diretamente nos diagnósticos e propostas de cada um, que, por terem visões e posições distintas sobre esta região da qual se consideravam

---

<sup>2</sup> NORA, Pierre – *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares* – In: Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993 pp 27.

“filhos”, elaboraram propostas e projetos distintos para ela dentro de um mesmo campo de propostas de desenvolvimento para o país.

Neste sentido, um “certo sertão” estará presente nas obras destes dois intelectuais. A forma como diferentemente o vêem e se posicionam diante dele estará presente em seus diagnósticos, pressupostos e planos, influenciando nas políticas aplicadas a esta região - inclusive em relação à sua configuração populacional - e nas críticas perpetradas contra estas.

### **Pressupostos e Visões sobre o Nordeste e seus Sertões – Celso Furtado e Josué de Castro**

Celso Furtado e Josué de Castro estão inseridos num amplo debate científico que teve lugar em fins da década de 1950 que buscava traçar diretrizes para o desenvolvimento econômico do Brasil. O desenvolvimentismo nacionalista buscava diagnosticar a situação econômica e social do país em termos nacionais e em suas relações internacionais e buscavam através deste elaborar estratégias e políticas de desenvolvimento na maioria das vezes de caráter industrialista para que o país se tornasse uma nação verdadeiramente autônoma. Vários nomes e opiniões se destacaram neste amplo campo de debates, iniciado desde o início dos anos 40, que tinha como ponto central tentar diagnosticar a razão da estagnação ou do “atraso” brasileiro e que elegia o “campo”, a agricultura, como um de seus principais focos analíticos. Nomes como Jacques Lambert, Roger Bastide, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior discutiam amplamente a condição econômica brasileira e caminhos para o desenvolvimento, conformando um campo de discussão bastante profícuo e que influenciou sobremaneira os rumos das políticas de Estado voltadas para a agricultura e indústria no Brasil até o final dos anos 60 e que de certa maneira influencia nos debates sobre o desenvolvimento até os dias de hoje<sup>3</sup>

O Economista Celso Furtado se configura como uma figura de destaque neste campo intelectual desenvolvimentista. Membro eminente da CEPAL<sup>4</sup>, produziu um sem número de

---

<sup>3</sup> Sobre este amplo campo de debates e seu contexto histórico ver LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da – *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias* – São Paulo, Brasiliense, 1981 e também LINHARES, Maria Yedda (org) – *História Geral do Brasil* – Rio de Janeiro, Campus, 1996

<sup>4</sup> A Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), instituição das nações unidas, ganharia em projeção internacional e seus membros ocupariam cargos importantes nos governos de seus países de origem. Sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, o organismo produziria inúmeros diagnósticos da situação econômica dos diversos países da América do Sul e Central através da grande inovação teórica - proposta inicialmente por Prebisch e posteriormente refinada pelos membros da instituição – de se enxergar o subdesenvolvimento como “processo” dentro de um todo, não como “ausência” ou “etapa” de desenvolvimento, criticando, além da visão que pressupunha uma linha evolutiva e etapista rumo ao primeiro mundo, a própria fraqueza dos instrumentos da ciência econômica neoclássica para se pensar a economia dos países “ex-coloniais”. Buscando superar os paradigmas neoclássicos dominantes no pensamento econômico, que para a escola Cepalina são de insuficiente poder explicativo( pelo menos em relação aos países primário-exportadores), Prebisch e os Intelectuais da CEPAL dariam à perspectiva estrutural – a qual entende por “estrutura” como conformações, relações e instituições econômicas em um tempo e espaço específicos, subentendendo-se aí a “história” dos “espaços” - crescente importância na análise econômica dos problemas latino-americanos. A teoria de fundo neoclássica das vantagens comparativas - que servia à justificação de políticas que reforçassem a “vocação” de cada país da América Latina, geralmente por produtos primários – e a neoclássica assunção de que o mundo econômico tem caráter sincrônico e funciona eminentemente em equilíbrio era criticada em prol de uma visão que buscava salientar as dimensões da conformação estrutural específica dos países latino-americanos, da tecnologia e da divisão internacional do trabalho como fatores que geram assimetrias e desequilíbrios nas relações de troca em jogo no sistema econômico. Tal visão engendraria progressivamente o conceito de *subdesenvolvimento*, definido como uma situação específica que resulta de uma posição assumida pelas e relegada às nações do chamado “terceiro mundo” dentro de um

diagnósticos sobre a situação da economia brasileira. Seu mais famoso livro, *Formação Econômica do Brasil*, faz um diagnóstico da formação da economia nacional desde os tempos do descobrimento até a década de 50 do século XX. Nesta obra, considerada um clássico do pensamento social brasileiro, o economista analisa as características econômicas dos diversos “ciclos” por que passou a economia brasileira, tentando entender, em primeira instância, a contribuição de cada um deles para a situação do país em termos internacionais e nacionais em sua época e, em última instância, em que contribuíram estes ciclos, de maneira geral, para a situação econômico-estrutural do Brasil na década de 50, com seus problemas e suas possibilidades de desenvolvimento. Em sua análise encontram-se uma série de pressupostos e diagnósticos que marcariam suas propostas de desenvolvimento para o sertão nordestino e que estariam presentes em documentos oficiais como em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, passando, portanto, de um âmbito científico-intelectual, acadêmico, para um âmbito científico-oficial, político, concretizado em políticas públicas. Analisando seus pressupostos científicos muito se pode interpretar das políticas oficiais voltadas para o Nordeste e seus sertões.

### **O Problema Nordestino e Sertanejo em Celso Furtado**

O Nordeste, com seu “ciclo do açúcar”, ocupa lugar particular nas reflexões do autor em *Formação Econômica do Brasil*. Buscando analisar e entender a situação econômica nordestina de então(1959), Furtado empreende um estudo em perspectiva histórica da formação econômica desta região e das conseqüências dos ciclos econômicos por que esta passou

A primeira e grandemente lucrativa “empresa colonial” brasileira se localizaria no Nordeste. De caráter monocultor e escravista e altamente concentradora de renda a empresa comercial açucareira teria sido, segundo o economista, responsável - por ter um escasso efeito multiplicador e distribuidor de renda fruto de seu caráter escravista - por uma grande concentração da maioria da renda nas mãos de grandes proprietários e grandes comerciantes e teria sido o pólo indutor, através das crises açucareiras, da formação de uma espécie de “hinterland”, de um interior nordestino de escassa monetarização, trabalho semi-servil e economia pastoril, que, ao se formar em lócus geográfico que reputava pobre de recursos naturais, tornar-se-ia uma das regiões mais problemáticas do Brasil. Nascia aí o sertão nordestino<sup>5</sup>

---

sistema mundial, conjugada às estruturas econômicas internas destas nações. Esta caracterização conceitual e teórica, hoje já quase terreno de “senso comum”, seria a grande inovação teórica da CEPAL e conferiria um papel central à industrialização como meio de superar o subdesenvolvimento latino americano. Sobre a perspectiva Cepalina ver BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro*; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 1930-1964 Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2004

<sup>5</sup>Segundo Furtado: “A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no pôrto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais a cada um, chega-se à soma de 22500, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro(…)” mais adiante Furtado afirma: “ Ao expandir-se a

A narrativa de Furtado sobre a formação econômica do Nordeste e seus sertões insere-os já num quadro problemático e dá destaque à questão demográfica. Seriam um “problema dentro do problema” onde a questão populacional teria um grande peso, pois, seria a região pobre em recursos naturais e de escassa monetarização que teria absorvido a população excedente e à procura de sobrevivência proveniente da posterior crise do setor açucareiro. Segundo Furtado:

“(…) A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a êsse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de nosso tempo”<sup>6</sup>

No sertão, num lugar de pobreza monetária e natural, ter-se-ia instalado um grande contingente populacional, contingente este pobre e sujeito à crises sui generis de abastecimento, as secas, configurando um problema de superpopulação. A esta visão do sertão nordestino como lócus da pobreza, a este quadro lúgubre “de nascença” pintado para os sertões nordestinos, somam-se as memórias e a visão sombria que Furtado manifestara em outras ocasiões sobre sua região natal como terra de arbitrariedades e mandonismo, visão esta que se aproxima do imaginário social disseminado pela imprensa sobre o interior do Nordeste:

“As histórias das secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva...”

(...)

“Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o Padre Cícero, cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um chefe político, sem o que um mínimo de segurança era praticamente inconcebível...”<sup>7</sup>

Tal quadro traçado por este autor será um ponto de partida de seus diagnósticos sobre a situação sertaneja de fins da década de 50 e irá contribuir para fundamentar a sua visão de desenvolvimento como “total mudança” da região, sua proposta de transferência de populações sertanejas para as terras maranhenses e para sua proposta de industrialização, vetor este que seria capaz de absorver o contingente de população excedente e ainda teria caráter monetarizador e

---

economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas – a açucareira e a criatória – que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina”

FURTADO, Celso - *Formação Econômica do Brasil* - Rio de Janeiro Ed Fundo de Cultura, 1964 pp 59-60

<sup>6</sup> FURTADO, Celso - *Formação Econômica do Brasil* – Op Cit pp 170

<sup>7</sup> FURTADO, Celso - *A Fantasia Desfeita* – São Paulo, Paz e Terra 1997 pp 12.

dinamizador da economia deste “hinterland”. Propostas estas concretizadas e presentes no documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”.

### **As Propostas de Furtado – “Operação Nordeste” e “Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”**

Em abril de 1959, com base em pesquisas de anos anteriores realizadas pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (G.T.D.N.), Furtado e seus colaboradores emitiam um diagnóstico que seria ao mesmo tempo um plano de desenvolvimento para a região nordeste, a ser conduzido pelo Estado, abrangendo litoral, zona da mata e sertões, expressa no documento “Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”<sup>8</sup>. Por ser um documento de caráter oficial e por ter sido produzido, em tese<sup>9</sup>, pelo grupo comandado por um economista, que era Celso Furtado, este tem um caráter eminentemente econômico combinado com pinceladas, de caráter peremptório, sobre a situação do “suporte físico” do Nordeste. A importância destas “pinceladas” no documento não é de maneira nenhuma de pequena monta, pois, logo em sua abertura, Furtado identifica e enuncia - antes de propriamente relatar o diagnóstico - como três grandes problemas do Nordeste: 1- a “escassez relativa de terras aráveis”; 2- a “inadequada precipitação pluviométrica” e 3- o fato da drenagem da renda nordestina pelo centro sul.<sup>10</sup>

O Cerne de suas propostas, o principal objetivo que, segundo Furtado, deveria ser levado a cabo através de uma política estatal de desenvolvimento para o Nordeste seria, antes de tudo, o de integrar a economia nordestina ao “ritmo de produtividade” da economia do resto do país, mormente à economia do centro-sul, tornando-a capaz de atrair para si investimentos que provocassem o impulso dinâmico necessário à industrialização, principal elemento capaz de desenvolver a região, resolvendo problemas como mão-de-obra flutuante e criando também uma nova mentalidade, uma classe dirigente nova e progressista na região<sup>11</sup>.

Partindo desta base ideológica e a fim de contornar os entraves ao desenvolvimento desta região, o projeto se pautou em 4 diretrizes fundamentais: 1-A intensificação de investimentos industriais; 2- A transformação da economia agrícola da faixa úmida; 3- transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas e 4- o deslocamento da fronteira agrícola nordestina<sup>12</sup>. Fazendo a análise propriamente dita do problema nordestino o documento aborda, dando grande destaque, a

---

<sup>8</sup> Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N. - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste* – 2ª Ed, Recife, SUDENE, 1967

<sup>9</sup> O próprio Furtado assumiria a autoria do documento em algumas ocasiões, como o fez em uma entrevista concedida a Maria da Conceição Tavares, Manuel Corrêa de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira em 1998: “(...)Fiz o texto, então, do trabalho “Uma nova política para o Nordeste” – TAVARES, Maria da Conceição, ANDRADE, Manuel Corrêa de, PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado* - São Paulo, Perseu Abramo, 1998 pp 64. Este trabalho ao qual se refere Furtado seria convertido, com a mudança de título, no texto de “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”

<sup>10</sup> Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N. - *Op Cit* pp 10

<sup>11</sup> “A política de industrialização visa ao tríptico objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar” <sup>11</sup> Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N - *Op Cit* pp 12

<sup>12</sup> Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 14

questão do suporte físico da região. Considerando-a como uma das regiões menos desenvolvidas – *e mais populosas* – do hemisfério ocidental, o documento salienta que, dentre outros, sua “pobreza física”, ou seja, pobreza relativa em termos de recursos naturais em geral, seria um problema importantíssimo – senão o maior deles - a ser atacado e contornado, tomando como “dados” a concepção de um excesso de população no sertão nordestino e a pobreza física de seus solos em particular. Segundo o documento:

. “Sem embargo, como a acumulação de capital é, por si mesma, sintoma do estágio de desenvolvimento, infere-se que a verdadeira causa do atraso da economia nordestina, em face do centro Sul do Brasil, está na pobreza relativa do seu suporte físico. É este um dado fundamental do problema, e a ele teremos de voltar adiante(...) Já observamos que a baixa produtividade da agricultura nordestina tem duas causas fundamentais; menor quantidade de terra por pessoa ocupada e mais reduzida dotação de capital por unidade de terra(...)”<sup>13</sup>“(...) A causa básica da baixa renda da agricultura nordestina está na sua pobreza relativa de recursos naturais, e não, principalmente, no grau de capitalização”<sup>13</sup>

Tratado como terra de pouca potencialidade, de *alta densidade demográfica* e sujeita a crises climáticas, o sertão nordestino tomaria lugar específico no projeto de Furtado, sendo, como outros aspectos, subordinado à idéia de industrialização. O sertão que emerge deste projeto é um sertão algo condenado, é uma região onde as limitações climato-geológicas e de ordem demográfica apresentam-se com peso ampliado ante as outras regiões do país e do nordeste. Neste sentido, para o sertão, a idéia básica de Furtado para contornar os problemas apresentados era instaurar uma política estatal que direcionasse o investimento do Estado, na forma de créditos ,assistência técnica e investimento em infra-estrutura de modo a dar um impulso dinâmico industrializador. Para absorver a mão-de-obra flutuante e diminuir a pressão demográfica no semi-árido nordestino o autor propõe uma política de transferência de populações para as terras úmidas maranhenses<sup>14</sup>, no sentido de que estas sejam utilizadas na produção de alimentos necessários ao projeto de incremento da industrialização, necessários a uma política industrialista. Tal política, segundo Furtado, teria o mérito de, ao mesmo tempo, criar uma economia resistente às secas, monetarizada, de baixa pressão demográfica e dinâmica. Neste ponto, se faz presente em seus planos, um outro pressuposto importante da visão do economista brasileiro sobre os problemas nordestinos: sua visão particular sobre a reforma agrária, suas características e “funções”. Através de seus diagnósticos, Furtado chega a tangenciar o problema da estrutura agrária, de distribuição de terras, tomando-a, entretanto, como algo apenas arcaico e como apenas uma limitação, sendo a conseqüente questão da “reorganização da produção” tratada através de uma visão essencialmente tecnicista, que não se

---

<sup>13</sup> Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – Op Cit pp 17-18

<sup>14</sup>“O Problema é simples. A atual fronteira agrícola do Nordeste foi estabelecida quando a técnica de deslocamento do homem era muito primitiva. O homem penetrou onde o gado podia penetrar. O gado foi detido nos contrafortes da selva. Mas, hoje em dia, dispomos de outras técnicas e podemos transpor esses contrafortes. Podemos fazer crescer o Nordeste. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. Isso que o homem, com a técnica mais ou menos primitiva do século XIX, não conseguiu fazer, cabe-nos realizar agora, abrindo estradas adequadas, colonizando, organizando uma economia adaptada ao meio” FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* – Op Cit pp 33



aprofunda em aspectos como opressão e latifúndio. Furtado procura dar uma conotação racional “apartidária”, técnica e racional à reforma agrária, como mecanismo que ataque as limitações da estrutura e seus entraves à industrialização, concepção que emerge mais claramente em sua palestra proferida no ISEB, publicada com o nome “Operação Nordeste”<sup>15</sup>

Furtado tomanva a pobreza física e a idéia de superpopulação sertaneja como “dados”, como fica claro na ocasião de um debate direto com Josué de Castro na rádio nacional em 1959:

“Dando um passo adiante nas observações eu chamaria a atenção para um outro aspecto da questão de excedente populacional, que é aquele que chamei de deslocamento de fronteira agrícola. Na verdade, se se considera que o Nordeste é um sistema econômico relativamente pobre do fator terra – porque esse é um princípio básico de toda a nossa concepção do problema – se se tem um excedente estrutural, relativamente ao sul do Brasil; se é possível incorporar esse fator terra ao sistema econômico nordestino ; se é possível aumentar a oferta de terra , obviamente estaremos caminhando para uma possibilidade de combinação mais harmônica dos fatores. Daí a concepção de deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. Trata-se de incorporar ao Nordeste aquilo que é escasso no Nordeste, que são as terras úmidas, as terras com precipitação pluviométrica regular”.<sup>16</sup>

Sem maiores críticas e aprofundamentos, o economista concebe a reforma agrária possível na caatinga como uma reforma em prol da média propriedade, de um modelo de propriedade mais “racional”<sup>17</sup> em oposição ao minifúndio insuficiente e irracional, de baixo nível de produtividade. Para ele o “racional” se configura em relação ao potencial agrícola da região, ao que, no entender de Furtado, seria “possível” produzir

“Assim sendo, na caatinga não se poderia jamais caminhar para a pequena propriedade, porque a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade demográfica. Ao contrário, é preciso reduzir a carga da população sobre os recursos. (...) Para implantar nessa área uma economia desenvolvida, de alta produtividade, que possa, portanto, proporcionar salários mais altos, devemos partir de uma unidade de produção agrícola de tamanho médio, ou de dimensões a determinar, de acordo com a subregião.”<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> “Temos de acabar com a lenda de que as terras só produzem açúcar, não dão outra coisa. Temos de estudar os solos e aproveitar muito mais racionalmente o conjunto das terras, e isto sem prejudicar em nada o atual plantio de cana. Introduzindo a irrigação, como se começa a fazer, é possível reduzir a extensão do plantio de cana, elevando os rendimentos por hectare, que ainda são baixíssimos no Nordeste, e aumentando a disponibilidade de terras para outros fins. Se para tanto é necessário tomar as terras das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico mas um problema político(...) O que tenho a dizer, com toda a franqueza, é que se a grande maioria quiser adotar esta ou aquela solução, por exemplo, tomar as terras de uns e dar a outros, não sou eu quem vai se opor a isso, nem o técnico, nem o indigitado latifundiário. O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político”

<sup>16</sup> FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: Dois Nomes e Duas Opiniões* in *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 28

<sup>17</sup> “Na economia da caatinga, a divisão de terra seria o tiro de misericórdia na economia, inclusive com a possível liquidação da pecuária. Reforma agrária, para o homem da rua, significa divisão da terra, eliminação do proprietário do latifúndio, eliminação da renda da terra. Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoariamos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro. Dadas as condições ecológicas da caatinga e dado o tipo de técnica que ali se utiliza, a subdivisão das terras viria despovoá-la porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares, na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, têm de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa.” FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* - Op Cit pp 57

<sup>18</sup> FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* - Op Cit pp 58

Nestes diagnósticos e nestas propostas depreende-se, portanto, uma grande fé no poder multiplicador da industrialização, uma concepção particular de reforma agrária essencialmente técnica e racional, subordinada ao projeto maior de industrialização, :e uma concepção sobre o sertão nordestino como uma terra de pobreza física inexorável e *superpovoada*. Tais pressupostos marcariam profundamente as políticas públicas voltadas para o nordeste em geral e para o sertão nordestino em particular. Com os pressupostos da industrialização e de uma reforma agrária “contornadora” e “racional” Furtado partirá com sua proposta de transformação para a Operação Nordeste com uma política de “esvaziamento” dos sertões.

### **Josué de Castro – Sertão e Reforma Agrária**

Em um outro pólo de considerações , com uma ótica desenvolvimentista, mas com uma outra visão sobre o sertão nordestino encontra-se o médico nutrólogo, geógrafo e sociólogo pernambucano Josué de Castro. Em sua principal obra, *Geografia da Fome*, referência mundial sobre a análise do fenômeno da fome no Brasil, Castro produz uma outra visão sobre os sertões e suas possibilidades. Procurando traçar um quadro do problema da fome no País, analisando o regime alimentar das regiões brasileiras. Empreendendo uma análise das carências ou desequilíbrio de cada regime alimentar - através de instrumentos fornecidos pela fisiologia e nutrologia – estudou também as relações sociais e sua matriz histórica vigentes no Brasil desde tempos coloniais - através de conhecimentos de história, sociologia e antropologia. Com estes elementos, procurou estabelecer uma divisão que compreendesse todas as regiões do Brasil conforme seu grau de exposição ao problema da fome. Por esta metodologia e análise dos dados obtidos Castro propôs uma classificação das regiões Norte e Nordeste Açucareiro como áreas de fome endêmica (carências graves, de caráter crônico); as regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste como áreas de subnutrição (carências parciais) e a área do Sertão nordestino como área de fome epidêmica (surto intermitentes de fome aguda devido às quadras das secas, ao latifundiarismo e ao arcaísmo crônico no lidar com a terra no campo)<sup>19</sup>. Já nesta classificação se evidencia o olhar diferenciado que Castro tinha para com os sertões. Ao longo desta obra o autor tecerá considerações elogiosas ao equilíbrio alimentar e à sabedoria do povo sertanejo<sup>20</sup>, buscando sempre por outro lado apontar as causas dos problemas vividos pela população que habita esta região, as causas dos eventos calamitosos que tomam lugar em meio às secas periódicas. Neste ponto Castro procurará evidenciar que estes efeitos só tomam lugar devido a uma estrutura agrária e relações de trabalho que considera como

---

<sup>19</sup> CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* 10ed Rio de Janeiro Ed. Antares 1987[1946] pp 41

<sup>20</sup> Sobre a alimentação sertaneja Castro conjectura: “A verdade fácil de se apreender é que esta alimentação tão sóbria e tão enxuta, de tão espartana sobriedade, contrastando, contrastando violentamente, na simplicidade de seus processos culinários, com a rebuscada cozinha do Nordeste açucareiro, sempre tão adocicada ou lambuzada de azeite, representa um traço de alta compreensão do colono português e do mameluco seu descendente, em face das contingências especiais do meio geográfico.” CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome* - Op Cit pp 260

“semifeudais”. A catástrofe das secas só tomaria lugar não devido à pobreza de base física<sup>21</sup> ou excesso de população dos sertões, mas devido ao latifundiário predominante nestes e às relações de produção como foro e arrendamento, que deixam o sertanejo, um ser forte e de certa forma culturalmente sábio, desprovido de reservas acumuladas

Em sua mais famosa obra pululam referências elogiosas quanto à sabedoria cultural e estudos sobre as potencialidades do sertão. Analisando as referências utilizadas por Castro em seus livros observa-se a recorrência do uso de obras literárias que tinham como principal foco a terra e o homem dos sertões e o triste espetáculo das secas. Obras como “O Quinze” de Rachel de Queiroz, “A Bagaceira”, de José Américo de Almeida, “Os Sertões” de Euclides da Cunha buscam fazer um retrato do homem sertanejo como um forte, que ama sua terra e buscam retratar também o drama da retirada.

A estas referências soma-se a vivência que Castro teve junto aos mangues do Recife. Tomando-a como base para escrever seu romance “Homens e Caranguejos”, busca evidenciar a “civilização do mangue” no Recife como produto da irracionalidade da estrutura agrária dos sertões e da zona da mata, da retirada e das urbanizações sem projeto:

“... sociedade que, economicamente também é anfíbia, pois que vegeta nas margens ou bordas de duas estruturas econômicas que a história até hoje não costurou num mesmo tecido: a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no nordeste do Brasil, lado a lado, sem se fundirem, sem se integrarem até hoje no mesmo tipo de civilização. A sociedade dos mangues é uma sociedade imprensada entre estas duas estruturas esmagantes. É uma sociedade que, comprimida pelas duas outras, escorre como uma lama social na cuba dos alagados do Recife, misturando-se com o caldo grosso da lama dos mangues”<sup>22</sup>

Todas estas referências e este quadro teórico contribuem para a construção de uma visão que valoriza a terra sertaneja, o aproximando das visões perpetradas pela literatura que, embora não esquecesse dos problemas sertanejos, procuravam evidenciar a “riqueza” de sua terra e sua gente - obscurecidas pelas iniquidades sociais vigentes - e que dá maior peso à questão da reforma agrária e da fixação do homem à terra sertaneja, sendo avesso a idéia de pobreza inexorável, superpovoamento e de pouca potencialidade dos sertões nordestinos. Conforme debateria com Furtado:

“O problema que eu gostaria de chamar atenção é o seguinte: eu creio que o Dr Celso está de acordo que não se pode considerar que há excesso de população quando se faz um estudo comparativo de densidade de população entre o nordeste e várias outras regiões do mundo. O nordeste tem de ser considerado, dentro desse aspecto como uma região subpovoada, talvez uma região medianamente povoada, nunca uma região superpovoada. Isto é uma tese de princípio de geografia econômica ou geografia humana.” E, mais adiante: ““Eu daria o exemplo da China, que era considerada um país

---

<sup>21</sup> “Pelo Brasil afora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o nordeste é seco, nem seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas, . Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou base física da região” CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome* – Op Cit pp 260

<sup>22</sup>CASTRO, Josué de – *Homens e Caranguejos* –Op Cit pp 14

tipicamente superpovoado, com seus 600 milhões de habitantes- a maior massa de população do mundo – com algumas áreas com a densidade demográfica de 1500 pessoas por quilômetro quadrado (população rural, não urbana). Esta China é o país da superpovoação. País onde Malthus parecia ver consagrada a sua teoria, a China, com dez anos de trabalho intensivo de desenvolvimento econômico, tanto no campo industrial quanto no campo rural, veio provar que nem havia excesso de gente nem falta real de terra, como se apregoava. E a demonstração disso é que a china agora, nesse ano de 1959, vai cultivar apenas um terço das terras que eram cultivadas anteriormente. Um terço vai ser para a restauração de suas florestas. O outro terço vai ficar em repouso. A China, através dos métodos agrícolas superintensivos, sem máquinas, - (não é mecanização, mas uma conjugação de fatores de produção, de técnicas manuais) – aproveitando o seu aparente excesso de gente, pôde promover um tipo de agricultura superintensiva que absorveu uma grande parte de sua população.”<sup>23</sup>

Embora partindo de um mesmo diagnóstico “dualista”<sup>24</sup> sobre a formação da economia nordestina e de seus sertões, semelhante ao de Furtado, Castro assume uma outra perspectiva em relação à concepção de reforma agrária e sua importância estratégica em relação à visão do economista brasileiro. Enquanto este considera o problema agrário uma questão de reorganização agrícola em prol de um projeto de industrialização, que seria capaz de criar uma nova classe dirigente mais progressista, aquele considera a reforma agrária como um imperativo político capaz de trazer para a arena política as massas excluídas dos processos de decisão e realizar um verdadeiro processo de desenvolvimento do Nordeste e seus Sertões. Em um debate com Furtado, Castro afirmaria:

“O senhor sabe, Dr Celso, muito bem, os enormes interesses em jogo no problema da reforma agrária em qualquer parte do mundo. E, no Nordeste, sabemos que existem lado a lado os dois fenômenos mais graves: o açambarcamento da terra, o latifúndio, e a pulverização da terra, que é o minifúndio. Ora, se encontrássemos no seu relatório – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe esse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que por sua vez, é ao meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste.(...) Se me permite um aparte, eu lhe mostraria como foi a estrutura da terra que fez com que ela não fosse irrigada. Não interessa ao grande latifundiário promover nenhum investimento em sua terra. O que interessa é a terra esperando a valorização natural. Daí o desinteresse do chamado poder político do Nordeste em tomar uma posição progressista que leve o progresso real em benefício das grandes coletividades. Se a terra fosse melhor dividida, essas novas coletividades se tornariam mais progressistas, mais conscientes desse sentido social e teriam os representantes que o Dr Celso Furtado almeja que venham ao Parlamento. E assim ter-se-ia já irrigado essas terras com as águas que hoje servem apenas para espelhar o céu do Nordeste na mais inútil das inutilidades. Há um problema social, de estrutura, que fez com que não se promovesse o desenvolvimento econômico pelo uso de técnicas adequadas.”<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 29

<sup>24</sup> A perspectiva teórica “dualista” concebe a formação histórica brasileira e sua estruturação econômica como um processo onde a um sistema econômico moderno e “rentável” se superpõe um sistema econômico “arcaico” ou “de subsistência” de tênues ligações com o moderno. Tal perspectiva se tornou “clássica” principalmente na análise das diferentes estruturações econômicas brasileiras, mormente a diferença entre “sertões” e litoral. O dualismo concebe a existência de uma espécie de “sistema feudal” no interior nordestino, fechado(não monetarizado, fechado e de subsistência, como na idade medieval européia), de relações sociais de cunho feudal (onde a “parceria” o “foro” , o “arrendamento” seriam os correlatos brasileiros das relações de servidão da idade média européia) e isolado do seu entorno. Tal perspectiva do “feudalismo brasileiro” recebeu críticas teóricas e metodológicas profundas, que afirmavam as diferenças entre o sistema brasileiro e o sistema europeu, afirmando energicamente o caráter capitalista de todo o sistema econômico brasileiro e o papel de “complementaridade” que a economia interiorana exercia em relação à economia do litoral. Dentre estas críticas, se destaca a “Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira, que busca evidenciar a estreita ligação e complementaridade econômica existente entre sertões e litoral brasileiros.

<sup>25</sup> FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 31- 32

Emergem, portanto, dois projetos de desenvolvimento distintos e duas visões distintas sobre reforma agrária e possibilidades do sertão dentro de um campo de debate desenvolvimentista, projetos estes fortemente imbricados da perspectiva, da “tomada de posição”, que tanto Castro como Furtado tiveram em relação à região interiorana nordestina – este, tomando-a como terra de pobreza inexorável e aquele tomando-a como terra de potencialidades – bem como dos diferentes campos científicos a qual cada autor estava ligado, como a economia de Furtado e a geografia de Castro. Estes campos de referência, estes quadros intelectuais, se revelam de extrema importância para se mapear posições e se entender propostas dentro do campo desenvolvimentista. *As visões distintas* sobre a terra sertaneja e sua gente também *se concretizavam* na discussão sobre a **industrialização e transferência de população**, dois aspectos básicos das propostas de Furtado que Castro procurava discutir. Quanto à questão do suposto superpovoamento e da proposta de transferência de população Castro as considerava equivocadas e a transferência cara e desnecessária e embora comungasse da visão otimista sobre a industrialização, o geógrafo pernambucano a via com maior “distanciamento” do que Furtado, procurando afirmar que só surtiria os efeitos necessários se conjugada com uma verdadeira reforma agrária e política, em um Castro afirmava :

“Eu estou plenamente de acordo em que existe um excesso de mão-de-obra estrutural em face da falta de horizonte de trabalho, da falta de possibilidades, da falta de recursos, ou melhor, em face da falta de investimentos que tenham provocado a dinamização da economia daquela região. Isto significa que não há excesso de senão em face da improdutividade do Nordeste. Estou de acordo que no Nordeste o grosso da população não trabalha. Há o que se chama de desemprego disfarçado ou o subemprego, tanto na região urbana quanto na região rural. Quanto à região urbana, fui talvez dos primeiros a denunciar aquele fato das mocambópolis em torna da cidade em que nasci, o Recife, com cerca de 150.000 indivíduos vivendo nos mocambos, dentro do “ciclo do caranguejo”; marginais, sem terem nada que fazer a não ser pescar caranguejo, lançar os seus dejetos ali mesmo para o caranguejo comer e comer o caranguejo outra vez. É, por isso, que eu disse que ali tudo é, foi, ou vai ser caranguejo. E, como se sabe, o caranguejo caminha para trás.(...)Não havia possibilidade nenhuma de desenvolvimento, senão de regresso econômico e social para aqueles grupos humanos. Longe de mim, portanto, ser contra a industrialização que deve absorver esse excedente de população, que não tem ocupação em face de ter sido expulso da zona rural por uma conjugação de fatores naturais e culturais; o fator natural do fenômeno da seca mais o fator de base que é o subdesenvolvimento da zona rural, a subprodutividade agrícola, o atraso econômico da região.(...)Agora, pergunto eu, será esse desequilíbrio estrutural, impossível ou difícil de corrigir? Talvez seja mais fácil corrigi-lo do que deslocar essas populações, desde que o que visa exatamente o plano chamado Operação Nordeste é dinamizar a economia tanto rural quanto urbana da região de um lado através da industrialização e de outro lado através da utilização racional da terra.”<sup>26</sup>

As propostas e diagnósticos que transparecem das análises de Castro, tomam a reforma agrária como um imperativo não apenas econômico mas também político e social, devendo se começar por ela para que não só uma nova “classe dirigente” se erigisse, mas principalmente uma nova “massa” saísse da ignorância e da miséria e passasse a participar ativamente do destino e do desenvolvimento do Nordeste e do país, seja na indústria ou na agricultura.

---

<sup>26</sup> FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 29

Ambos os projetos enfrentaram resistências das forças mais reacionárias do Nordeste, entretanto, o de Celso Furtado, por ser “contornador”, por não ferir totalmente interesses emergentes de um clima ideológico desenvolvimentista e, principalmente e em decorrência, por ter o aval do governo Federal como “Operação” triunfou e pôde ser aplicado, com exceção à algumas desapropriações, projetos de irrigação e “reformas agrárias racionais” previstas no projeto original da SUDENE - que continha alguns projetos onde Castro e Furtado estavam de razoável acordo - em quase a sua totalidade. Os financiamentos industriais e assistência técnica foram regularmente realizados sob a supervisão de Furtado, que participou não só do governo de Juscelino Kubitschek, mas também do de Jânio Quadros e de João Goulart, neste último como ministro do planejamento.

Tais projetos e pressupostos “vencedores” influenciaram sobremaneira na transformação daquele Nordeste no Nordeste de hoje, um Nordeste mais moderno, mas ao mesmo tempo moderno e conservado devido ao próprio caráter dos pressupostos e das políticas aplicadas ao Nordeste e a seus sertões

### **Alguns resultados das políticas de desenvolvimento adotadas para o Nordeste e seus Sertões**

O Novo Nordeste que emergiu destas políticas foi um Nordeste mais integrado ao resto do país, com infra-estrutura bem desenvolvida, com energia elétrica. Entretanto, como em toda política de desenvolvimento, cabe refletir para quem estes benefícios foram realmente efetivos e relevantes.

O resultado da industrialização, em termos humanos, empreendida pela Sudene, pode ser vislumbrado através dos seguintes dados de final da década de 60:

“recente pesquisa mencionada no estudo da SUDENE, “A nova etapa do Desenvolvimento Nordestino” indica que 26% dos chefes de família em Recife estavam desempregados e 23% recebiam salários abaixo do mínimo legal. Do total de oferta de empregos gerados no Nordeste, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Guanabara apenas 14,5% foram gerados no Nordeste, região que conta com uma população de quase 305 da brasileira, ao passo que somente em São Paulo, cuja população é tão-somente de 18,6% do total, gerou 64,3% dos empregos”<sup>27</sup>

Tais dados revelam que em termos sociais a industrialização nordestina não logrou os efeitos multiplicadores e libertadores esperados muito devido ao fato de que a industrialização se baseou no emprego de tecnologia intensiva poupadora de mão-de-obra. Um outro aspecto, dentro da questão industrialização que é importante abordar seria a possibilidade de se falar na possibilidade de uma industrialização nordestina. O que garante uma industrialização do Nordeste, voltada para o Nordeste? Tal problema se acresce ao problema da criação de empregos e da dinamização do mercado nordestino.

A SUDENE foi uma autarquia que financiava projetos de industrialização através de empréstimos, incentivos fiscais e assistência técnica que supostamente beneficiariam o Nordeste.

---

<sup>27</sup> ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. – *Planejamento Regional: O Caso da SUDENE* – in *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro 11(3):, Jul-Set de 1971 pp 97-103 pp 102

No entanto, a famosa resolução 34/18 da SUMOC<sup>28</sup>, que garantia incentivos fiscais e capitais a baixo custo para as empresas que se estabelecessem na área do Nordeste provocou uma autêntica correria das empresas do Centro-Sul do país para se estabelecer no Nordeste e desfrutar das vantagens dos incentivos, financiamentos, assistência técnica e da proximidade de centros produtores de matérias primas. Estas empresas, na realidade, passaram a concorrer com as indústrias tradicionais nordestinas pelos financiamentos e com um nível tecnológico e de produtividade alto. Tais empresas produziam não para uma dinamização do mercado nordestino, mas para o mercado do centro-sul, e a maioria dos lucros conseguidos graças a créditos e incentivos eram remetidos para suas sedes:

“na realidade os projetos implantados no Nordeste concentram-se, devido a restrições de mercado, na produção de bens intermediários e de capital, sendo que no período de 1960-1965 os investimentos projetados para novas fábricas de bens de consumo, mediante facilidades do mecanismo 34-18 representam somente 9,1% do total.(...) tal tendência deve-se ao fato de que o mercado local não foi ampliado durante o processo em decorrência da ineficácia da força criadora de novas oportunidades de emprego. Assim sendo, as indústrias que se estabeleceram na área da SUDENE, só o fizeram como um recurso para o barateamento subsidiado do custo de sua produção, já que, como se observa, a maior parte da produção industrial retorna ao Centro-Sul”<sup>29</sup>

Pode-se perceber que a política desenvolvimentista da SUDENE fez muito mais integrar o Nordeste em um mercado nacional mais amplo, e neste ponto tem-se em conta a infra-estrutura de transportes e energia construída por este órgão, do que propriamente “desenvolver” a região. Quanto aos indicadores relacionados a condições de vida, saúde e assistência médica até o final da década de 60 os resultados não eram muito positivos:

“Em termos de condições de vida, saúde e assistência médica, alimentação, mortalidade infantil e expectativa de vida, déficit habitacional, analfabetismo etc., as condições do Nordeste indicam uma sociedade extremamente subdesenvolvida. Exemplificando, a população alfabetizada do Nordeste era 49% do total em 1968 ao passo que em São Paulo era 78,1%, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 74,9% e Minas Gerais e Espírito Santo, 62,8%”<sup>30</sup>

A perspectiva industrialista foi seguida à risca e até exagerada pela ditadura e transformou os tradicionais latifúndios em verdadeiros complexos agro-industriais, uma verdadeira indústria agrícola que soma às vicissitudes de uma grande indústria moderna, as vicissitudes do latifúndio. O crescimento do latifundiarismo é um verdadeiro “dado”, juntamente com a decorrente manutenção de oligarquias políticas e a decorrente intensificação das lutas em torno da terra. No sertão nordestino tal conjuntura constitui a base da manutenção de um quadro triste, que atravessa a modernização das estruturas atual:

---

<sup>28</sup> Artigo 34 da lei n 3995 de 14 de dezembro de 1961, que permitia a dedução do imposto de renda de pessoas jurídicas de recursos destinados a investimentos na região nordestina.

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C – *Op Cit* pp 101

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C – *Op Cit* pp 102

“Não é sem razão que, nos momentos de irregularidade de chuvas, ocorridos nos anos recentes, as tradicionais “frentes de emergência” (como são chamados os programas assistenciais do Governo) alistam número enorme de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de meios para enfrentar um ano seco. Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, em geral, tiveram impactos negativos, como o desaparecimento da cultura do algodão. De positivo, a extensão da ação previdenciária, cobrindo parte da população idosa e assegurando uma renda mínima, mas permanente, a muitas famílias sertanejas.”

(...)

“E, após tantos anos de dinamismo econômico, a questão fundiária permanece praticamente intocada, apesar da miséria alarmante dominante nas áreas rurais do Nordeste. Segundo o Mapa da Fome feito recentemente pelo IPEA, dois terços dos indigentes rurais do País estão no Nordeste.(...) Na zona semi-árida, onde se reproduz a estrutura desigual do resto do Nordeste, a situação é agravada pela presença de “latifúndios maiores”: lá a área média do 1% dos maiores estabelecimentos (1.914 hectares, em 1985) é superior ao tamanho médio desses estabelecimentos no resto do Nordeste (1.002 hectares). No semi-árido, o acesso à terra é feito por formas precárias (parceria, por exemplo), caracterizando maior instabilidade, e se registra maior presença de grandes posseiros em comparação com o resto do Nordeste”<sup>31</sup>

Deste ponto, como se pode depreender emergira um novo Nordeste, mais moderno, no entanto, sofrendo dos mesmos problemas debatidos por Castro e Furtado: a miséria e a estrutura agrária irracional. Um projeto de desenvolvimento que tinha como pressupostos a fé cega na industrialização, na racionalidade e a falta de crença nas potencialidades do sertão contribui sobremaneira na transformação do Nordeste arcaico e “semifeudal” no Nordeste da modernização conservadora, cujo retrato se vislumbra em suas modernas capitais de prédios luxuosos de beira mar e de pauperismo na periferia e no seu interior onde ainda se assiste o velho “espetáculo” da espera ansiosa pela chuva por um povo que, em pleno século XX, sofre com fenômenos conhecidos desde longínquos tempos: o descaso, o latifúndio e a iniquidade social, que dão vida longa à fome e a pobreza.

### **Referências Bibliográficas:**

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. – *Planejamento Regional: O Caso da SUDENE* – in *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro 11(3):, Jul-Set de 1971 pp 97-103

ARAÚJO, Tânia B de – *Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?* - Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 1930-1964* Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2004

CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* 10ed Rio de Janeiro Ed. Antares 1987

\_\_\_\_\_ *Documentário do Nordeste* 2 ed São Paulo Ed. Brasiliense 1959

\_\_\_\_\_ *Homens e Caranguejos* – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2001

FURTADO, Celso – *A Fantasia Organizada* –São Paulo, Paz e Terra, 1997.

<sup>31</sup>ARAÚJO, Tânia B de – *Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?* - Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000.



\_\_\_\_\_ *A Fantasia Desfeita* – São Paulo, Paz e Terra 1997

\_\_\_\_\_ *Formação Econômica do Brasil* – Rio de Janeiro Ed Fundo de Cultura, 1964

\_\_\_\_\_ *Operação Nordeste* –Rio de Janeiro, ISEB, 1959

FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões*. Revista O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 26-33

NORA, Pierre – *A Problemática dos Lugares* – Revista Projeto História, São Paulo (10), dez 1993

OLIVEIRA, Francisco de- *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco* – São Paulo, Boitempo editora, 2003

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder; entrevista com Celso Furtado* – São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998

**Documentos:**

*Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – Brasil, Conselho de Desenvolvimento, GTDN – 2ª Edição, Recife, SUDENE, 1967